

REFUGIADOS NA AMÉRICA LATINA: Desafios e perspectivas no contexto atual

REFUGEES IN LATIN AMERICA: Challenges and perspectives in the current context

Gabriel Silva Moreira

<http://lattes.cnpq.br/9986142341583683>

Gabriel Ozanique Borges

<http://lattes.cnpq.br/0822485348735519>

RESUMO

A América Latina tem se tornado um importante destino para refugiados, especialmente no contexto da crise venezuelana. Este artigo explora a situação dos refugiados na região, com foco nos desafios enfrentados pelos países receptores e nas respostas políticas e jurídicas adotadas para sua proteção e integração. Destaca-se a “Operação Acolhida” no Brasil como um exemplo de esforço para gerenciar a chegada e a integração de refugiados venezuelanos. O texto também discute a tradição de asilo na região, as questões de capacidade institucional e recursos, a xenofobia, a discriminação, e a importância da proteção dos direitos humanos. Além disso, enfatiza o papel das organizações da sociedade civil e das agências internacionais, bem como a necessidade de uma abordagem inclusiva e humanitária para enfrentar a crise dos refugiados.

Palavras-Chave: Refugiados, América Latina, crise venezuelana, direitos humanos, asilo, Operação Acolhida, integração social, xenofobia, discriminação, organizações da sociedade civil.

ABSTRACT

Latin America has become a significant destination for refugees, particularly in the context of the Venezuelan crisis. This article explores the situation of refugees in the region, focusing on the challenges faced by host countries and the political and legal responses adopted for their protection and integration. The "Operation Welcome" in Brazil is highlighted as an example of efforts to manage the arrival and integration of Venezuelan refugees. The text also discusses the region's asylum tradition, issues of institutional capacity and resources, xenophobia, discrimination, and the importance of human rights protection. Furthermore, it emphasizes the role of civil society organizations and international agencies, as well as the need for an inclusive and humanitarian approach to address the refugee crisis.

Keywords: Refugees, Latin America, Venezuelan crisis, human rights, asylum, Operation Welcome, social integration, xenophobia, discrimination, civil society organizations.

INTRODUÇÃO

A América Latina, uma região historicamente marcada por movimentos migratórios, tem se tornado um refúgio para aqueles que fogem de crises humanitárias, políticas e econômicas. Este artigo explora a situação dos refugiados na região, com foco nos desafios enfrentados pelos países receptores, especialmente o Brasil, e nas políticas adotadas para acolher e integrar esses indivíduos. Neste contexto, a crise venezuelana foi usada como estudo de caso para ilustrar as complexidades e oportunidades associadas à migração forçada.

A tradição de asilo na América Latina remonta ao século XIX, durante as guerras de independência, quando a região já servia de refúgio para aqueles que fugiam da perseguição política. Esta posição de local de refúgio se intensificou ao longo do século XX, particularmente durante as ditaduras militares que assolaram muitos países latino-americanos. Durante esses períodos, países como México, Argentina e Brasil se tornaram abrigos para intelectuais, ativistas e perseguidos políticos. A história de acolhimento está profundamente enraizada nos valores de solidariedade e direitos humanos, características fundamentais das sociedades latino-americanas (Hammoud-Gallego, Freier, 2023, p. 455-459).

Neste sentido, a Declaração de Cartagena de 1984 é um marco jurídico regional importante, pois ampliou a definição de “refugiado”, indo além daquela estabelecida pela Convenção de 1951 e seu Protocolo de 1967. Esta declaração inclui pessoas que fogem de violência generalizada, agressão estrangeira, conflitos internos e violações massivas de direitos humanos. Este contexto regional é particularmente relevante, pois reflete uma compreensão mais ampla das causas de deslocamento forçado e a necessidade de uma resposta humanitária inclusiva.

Essa tradição de hospitalidade, porém, não é imune às pressões econômicas e políticas. As políticas de acolhimento na região têm oscilado entre a abertura e a restrição, muitas vezes influenciadas por fatores internos, como crises econômicas e instabilidade política. Em tempos de dificuldades econômicas, a capacidade de receber e integrar refugiados pode ser comprometida, resultando em políticas mais restritivas e, por vezes, em atitudes de rejeição por parte da população local.

Neste cenário, a crise venezuelana representa uma das maiores crises de deslocamento na América Latina em tempos recentes. Desde 2015, uma combinação de fatores econômicos,

sociais e políticos levou milhões de venezuelanos a deixarem seu país. A hiperinflação, a escassez de produtos básicos, a crise de saúde e a repressão política são alguns dos fatores que impulsionaram o êxodo. De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), mais de sete milhões de venezuelanos foram deslocados até o final de 2022, tornando-se uma das maiores crises de refugiados do mundo (UNHCR, 2022).

O Brasil, como um dos principais destinos para os refugiados venezuelanos, implementou a “Operação Acolhida” para coordenar essa resposta humanitária. Este programa envolve múltiplos níveis de governo, organizações internacionais e sociedade civil, e visa fornecer suporte inicial, incluindo alimentação, abrigo, documentação e assistência médica. A “Operação Acolhida” também inclui o processo de interiorização, que consiste em realocar refugiados de áreas de fronteira, como Roraima, para outras regiões do Brasil, facilitando assim a integração e aliviando a pressão sobre os recursos locais (MDS, 2024).

No entanto, os desafios são imensos. A chegada massiva de refugiados sobrecarrega os serviços públicos, particularmente em áreas como saúde, educação e habitação (UNICEF Brasil, 2021). A infraestrutura existente, especialmente em estados mais pobres como Roraima, por exemplo, é insuficiente para atender às necessidades de uma população crescente. Além disso, a complexidade do contexto político e social no Brasil, incluindo tensões econômicas e políticas, dificulta a implementação de uma resposta humanitária eficaz e coordenada.

A CRISE VENEZUELANA

Hannah Arendt (2007, p. 264-265), em "*We Refugees*", destaca a vulnerabilidade dos refugiados e a falência do sistema internacional em garantir seus direitos. Ela argumenta que “os refugiados representam o vácuo de direitos e a falência do sistema internacional, pois estão privados não apenas dos direitos garantidos pelos Estados, mas também dos direitos humanos universais, que deveriam transcender as fronteiras nacionais”. Esta perspectiva é crucial para entender as dificuldades enfrentadas pelos refugiados venezuelanos e a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e compassiva.

Os países da América Latina, embora historicamente acolhedores, enfrentam limitações significativas em termos de capacidade institucional e recursos financeiros para lidar com a chegada massiva de refugiados. A região é marcada por uma alta taxa de pobreza, desigualdade

social, sistemas de saúde e educação subfinanciados e uma infraestrutura frequentemente inadequada. Essas condições estruturais dificultam a capacidade de resposta dos países de acolhimento, ampliando as dificuldades enfrentadas pelos refugiados (Fassin, 2012, p. 5).

Na Colômbia, que também recebeu grande número de refugiados venezuelanos, os sistemas de saúde e educação foram rapidamente sobrecarregados, especialmente nas regiões fronteiriças (OIM, 2020). Os serviços de saúde, por exemplo, tiveram que lidar com uma demanda crescente de pacientes, muitos dos quais chegam em condições precárias de saúde. Além disso, a falta de acesso a medicamentos e tratamentos especializados representa um desafio adicional. No setor educacional, a integração de crianças refugiadas é dificultada pela escassez de vagas nas escolas e pela falta de recursos para lidar com as necessidades especiais desses estudantes.

O Brasil enfrenta desafios semelhantes. A “Operação Acolhida” é uma iniciativa importante, mas enfrenta limitações devido à escassez de recursos (Agência Brasil, 2024). Os abrigos temporários em Roraima e outras áreas de fronteira muitas vezes operam acima de sua capacidade, oferecendo apenas o básico para a sobrevivência. As condições de superlotação são uma preocupação constante, agravando problemas de saúde e segurança. Além disso, muitos refugiados acabam vivendo em assentamentos informais, onde as condições de vida são precárias e a segurança é limitada.

A falta de políticas de integração no mercado de trabalho é outro desafio significativo. Muitos refugiados chegam sem documentos ou com qualificações que não são reconhecidas, o que limita suas oportunidades de emprego. Sem acesso a emprego formal, muitos são forçados a trabalhar na economia informal, onde são mais vulneráveis a abusos e exploração. Programas de capacitação e reconhecimento de competências são essenciais para ajudar os refugiados a superar essas barreiras e contribuir para as economias locais (Rede Brasil do Pacto Global, 2022).

Didier Fassin (2012, p. 3), em "*Humanitarian Reason: A Moral History of the Present*", afirma que a crise dos refugiados não é apenas uma crise de pessoas que buscam asilo, mas uma crise da hospitalidade e da capacidade de solidariedade das sociedades contemporâneas. Esta observação sublinha a necessidade de uma resposta mais robusta para garantir a proteção e a integração dos refugiados, enfatizando a importância de uma abordagem baseada em direitos humanos.

XENOFOBIA, DISCRIMINAÇÃO E VULNERABILIDADES NA MIGRAÇÃO VENEZUELANA

A chegada de grandes números de refugiados pode exacerbar sentimentos de xenofobia e discriminação em tais sociedades. Esses sentimentos são frequentemente alimentados por crises econômicas e pela percepção de que os refugiados competem por recursos limitados, como empregos, serviços de saúde e educação (UNODC, 2021). Em muitos casos, esses preconceitos são intensificados por discursos políticos e midiáticos que retratam os refugiados como uma ameaça à segurança nacional e ao bem-estar econômico.

No Brasil e em outros países da América Latina, a xenofobia e a discriminação têm se manifestado de várias formas. Refugiados são frequentemente alvos de preconceito e hostilidade, tanto por parte da população local quanto das autoridades. Incidentes de violência verbal e física, discriminação no mercado de trabalho e exclusão social são desafios comuns enfrentados pelos refugiados (UNICEF Brasil, 2021). Essas atitudes não apenas dificultam a integração dos refugiados, mas também exacerbam sua vulnerabilidade, criando barreiras adicionais ao acesso a serviços e oportunidades.

Zygmunt Bauman (2016, p. 25), em “*Strangers at Our Door*”, oferece uma análise crítica sobre o medo dos refugiados. Ele argumenta que “o medo dos refugiados é na verdade um medo de nós mesmos, da nossa incapacidade de viver em um mundo onde a segurança é uma ilusão e as promessas de proteção total são vazias”. Este medo é frequentemente explorado por movimentos populistas e xenófobos, que utilizam os refugiados como bodes expiatórios para problemas internos. Isso resulta em políticas de imigração mais restritivas e na marginalização dos refugiados, dificultando sua integração e acesso a direitos básicos.

A discriminação contra refugiados pode se manifestar de várias maneiras, incluindo dificuldade de acesso ao emprego, educação e serviços de saúde. Além disso, a violência verbal e física contra refugiados é uma preocupação crescente. Combater a xenofobia e promover uma cultura de acolhimento é essencial para garantir que os refugiados possam se integrar plenamente nas sociedades de acolhimento. Iniciativas de educação pública, campanhas de sensibilização e o apoio de líderes comunitários e políticos são fundamentais para reduzir o preconceito e fomentar a inclusão (Rede Brasil do Pacto Global, 2022).

A crise migratória venezuelana não só representa um dos maiores deslocamentos de pessoas no mundo, como também expõe milhões de migrantes a uma série de riscos severos. Mais de 5,4 milhões de venezuelanos já deixaram seu país, com a maioria se estabelecendo em países da América Latina e Caribe. No entanto, muitos desses migrantes enfrentam uma realidade perigosa e instável, marcada por uma elevada exposição ao tráfico de pessoas, exploração laboral e sexual, além de outras formas de violência e discriminação, segundo dados do *site* da UNHCR-ACNUR.

Grande parte dos migrantes venezuelanos, incluindo famílias com crianças, mulheres grávidas e pessoas idosas, atravessam fronteiras por rotas irregulares, aumentando significativamente seu risco de cair nas mãos de contrabandistas e grupos armados clandestinos. Além disso, a falta de documentação regular para residir em países vizinhos agrava ainda mais sua vulnerabilidade, pois sem essa proteção legal, muitos não têm acesso a direitos básicos e se tornam alvos fáceis para tais ocorrências (UNICEF Brasil, 2021).

Diante dessa situação crítica, o papel do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) é fundamental. O ACNUR tem reforçado sua presença em fronteiras estratégicas para identificar e mitigar esses riscos, especialmente no que diz respeito ao tráfico de pessoas. Suas ações incluem o fornecimento de documentação, abrigo e assistência imediata, como a distribuição de água potável e kits de higiene, além de oferecer apoio legal e financeiro para os mais vulneráveis (UNHCR, 2022).

No Brasil, o ACNUR tem desempenhado um papel crucial ao coordenar a abertura de 13 abrigos temporários em áreas fronteiriças como Boa Vista e Pacaraima, que juntos abrigam mais de 6 mil venezuelanos. Esses esforços são parte de uma resposta mais ampla coordenada pela Plataforma Regional de Coordenação Interagencial, que visa assegurar que os refugiados e migrantes venezuelanos recebam a proteção necessária enquanto buscam se integrar nas comunidades anfitriãs.

PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

A proteção dos direitos humanos é um aspecto central na abordagem das crises de refugiados, especialmente em contextos de migração forçada. A América Latina, e em particular o Brasil,

enfrenta o desafio de garantir que os direitos humanos dos refugiados sejam respeitados e promovidos, em conformidade com padrões internacionais e nacionais.

A proteção dos direitos humanos dos refugiados na América Latina é guiada por um conjunto de normas internacionais, regionais e nacionais. A Convenção de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados e seu Protocolo de 1967 constituem os pilares do direito internacional dos refugiados, estabelecendo direitos fundamentais como o direito de não ser devolvido a um país onde sua vida ou liberdade possam estar ameaçadas (princípio de *non-refoulement*), o direito ao asilo e o direito a um tratamento justo e humano (Gottwald, 2018).

Na América Latina, a Declaração de Cartagena de 1984 complementa essas normas, ampliando a definição de refugiado para incluir aqueles que fogem de violência generalizada, agressão estrangeira, conflitos internos e violações massivas de direitos humanos (Gottwald, 2018). Essa expansão reflete a realidade das crises contemporâneas e a necessidade de uma resposta mais abrangente e inclusiva.

No Brasil, a Lei de Refúgio de 1997 (Lei nº 9.474) e a Lei de Migração de 2017 (Lei nº 13.445) formam o quadro jurídico que regula a proteção e os direitos dos refugiados. Essas leis garantem o acesso dos refugiados a direitos básicos, como saúde, educação e trabalho, além de proteção contra deportação e repatriação forçada. A Constituição Federal de 1988 também assegura que todos os indivíduos, independentemente de sua nacionalidade, são titulares de direitos fundamentais no território brasileiro.

Apesar do sólido arcabouço legal, a implementação dos direitos humanos dos refugiados enfrenta desafios significativos na América Latina. A falta de recursos financeiros e a infraestrutura inadequada são obstáculos comuns que impedem a realização plena desses direitos. Muitos refugiados enfrentam dificuldades para acessar serviços básicos como saúde, educação e assistência jurídica, exacerbadas por barreiras linguísticas e culturais. Além disso, a ausência de documentos formais, como registros de nascimento e certificados de qualificação profissional, pode limitar o acesso dos refugiados a serviços e oportunidades de emprego (OIM, 2020).

A situação é particularmente grave para grupos vulneráveis, como mulheres, crianças e pessoas LGBTQ+. Esses grupos frequentemente enfrentam riscos adicionais de violência, exploração e

discriminação. No Brasil, apesar dos esforços para garantir acesso universal aos serviços públicos, refugiados LGBTQ+ e outras minorias enfrentam desafios significativos para acessar apoio adequado e sensível às suas necessidades específicas. Políticas públicas e programas especializados são essenciais para atender às necessidades desses grupos e garantir sua proteção integral (UNICEF Brasil, 2021).

O Brasil, como signatário de tratados internacionais de direitos humanos e de proteção dos refugiados, tem a obrigação de garantir que suas leis e políticas estejam em conformidade com esses compromissos. No entanto, a efetivação desses direitos depende da vontade política, da alocação de recursos e da capacitação das autoridades responsáveis pela implementação das políticas de acolhimento. Organizações da sociedade civil e agências internacionais desempenham um papel crucial na monitorização da aplicação desses direitos e na advocacia por políticas mais inclusivas e eficazes (Rede Brasil do Pacto Global, 2022).

A IMPORTÂNCIA DA INTEGRAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA

A integração dos refugiados no mercado de trabalho é um dos principais desafios e, ao mesmo tempo, uma das maiores oportunidades para os países de acolhimento. A maioria dos refugiados chega sem documentos ou com qualificações que não são reconhecidas nos países de acolhimento, o que limita suas oportunidades de emprego e os empurra para a economia informal, onde são mais vulneráveis a abusos e exploração.

Programas de capacitação, reconhecimento de competências e apoio ao empreendedorismo são essenciais para ajudar os refugiados a superar essas barreiras e contribuir para as economias locais. No Brasil, iniciativas como o “Empoderando Refugiadas”, uma parceria entre o ACNUR, a Rede Brasil do Pacto Global e a ONU Mulheres, buscam promover a inclusão econômica das mulheres refugiadas, oferecendo treinamento, mentoria e oportunidades de networking (Rede Brasil do Pacto Global, 2022).

No entanto, a integração econômica dos refugiados vai além do emprego formal. Também envolve a criação de um ambiente onde os refugiados possam contribuir de forma significativa para a economia local, seja como trabalhadores, empreendedores ou consumidores. Isso requer políticas que facilitem o acesso dos refugiados ao crédito, à habitação e a outros recursos necessários para reconstruir suas vidas e contribuir para suas novas comunidades.

A inclusão social dos refugiados é fundamental para garantir que eles possam viver com dignidade e contribuir para as sociedades que os acolhem. A integração social vai além da simples aceitação; envolve a criação de um ambiente onde os refugiados possam participar plenamente da vida comunitária, ter acesso a serviços essenciais e se sentir parte da sociedade (Fassin, 2012).

Educação é um aspecto crucial dessa inclusão. O acesso à educação de qualidade para crianças e jovens refugiados é vital não apenas para seu desenvolvimento pessoal, mas também para sua integração a longo prazo. No Brasil e em outros países latino-americanos, embora as leis garantam o acesso à educação para todos, na prática, os refugiados enfrentam barreiras como diferenças linguísticas, falta de documentação e a necessidade de trabalhar para ajudar suas famílias. Programas específicos de apoio, como aulas de reforço linguístico e assistência psicológica, são necessários para ajudar esses jovens a superar as dificuldades e prosperar em suas novas comunidades (UNICEF Brasil, 2021).

Saúde é outra área crucial para a inclusão social dos refugiados. Muitos chegam em condições precárias de saúde, exacerbadas pela falta de acesso a serviços médicos adequados em seus países de origem e durante suas jornadas. Sistemas de saúde sobrecarregados e com poucos recursos na América Latina muitas vezes lutam para atender às necessidades dessa população adicional. No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) oferece atendimento gratuito aos refugiados, mas desafios como a falta de conhecimento sobre o sistema e barreiras linguísticas podem dificultar o acesso.

A habitação é um terceiro aspecto crítico. Muitos refugiados vivem em condições de moradia inadequadas, frequentemente em assentamentos informais ou em áreas urbanas degradadas, onde estão expostos a riscos ambientais, sociais e de saúde. Políticas públicas que garantam o acesso à moradia digna são essenciais para melhorar as condições de vida dos refugiados e promover sua integração (UNHCR, 2022).

Além disso, a inclusão social também depende da aceitação cultural. Iniciativas que promovem o diálogo intercultural e a celebração da diversidade podem ajudar a reduzir a xenofobia e a discriminação, promovendo uma sociedade mais coesa e inclusiva. Programas comunitários que envolvem tanto refugiados quanto membros da comunidade local, como projetos de arte,

esportes e voluntariado, podem criar espaços de interação positiva e compreensão mútua (Rede Brasil do Pacto Global, 2022).

As organizações da sociedade civil, juntamente com agências internacionais como o ACNUR e a OIM, desempenham um papel crucial na assistência humanitária e na proteção dos refugiados na América Latina. Elas fornecem serviços essenciais, como alimentação, abrigo, assistência médica e apoio psicossocial, que muitas vezes preenchem as lacunas deixadas pelos governos (UNHCR, 2022).

Essas organizações também desempenham um papel vital na defesa dos direitos dos refugiados, trabalhando para garantir que eles sejam tratados com dignidade e respeito, e que suas necessidades e vozes sejam ouvidas nos processos de tomada de decisão que afetam suas vidas. Em muitos casos, essas organizações atuam como intermediárias entre os refugiados e os governos, facilitando o acesso a serviços e ajudando a resolver problemas administrativos e jurídicos (Rede Brasil do Pacto Global, 2022).

No Brasil, por exemplo, organizações como a Cáritas, a Associação Compassiva e a Missão Paz, têm sido fundamentais na acolhida e na assistência a refugiados, oferecendo desde apoio jurídico e psicológico até cursos de português e orientação para o mercado de trabalho. Essas iniciativas são essenciais para promover a autonomia dos refugiados e sua integração na sociedade.

Além da assistência direta, as organizações da sociedade civil e as agências internacionais desempenham um papel fundamental na sensibilização sobre a situação dos refugiados. Campanhas de conscientização e educação pública ajudam a combater estereótipos e preconceitos, promovendo uma visão mais informada e empática sobre os desafios enfrentados pelos refugiados (Rede Brasil do Pacto Global, 2022).

Essas organizações também pressionam os governos a cumprir suas obrigações internacionais e a adotar políticas mais inclusivas e humanitárias em relação aos refugiados. Por meio de relatórios, pesquisas e engajamento direto com formuladores de políticas, elas buscam influenciar a legislação e garantir que os direitos dos refugiados sejam protegidos.

A mobilização da sociedade civil é crucial para manter o foco na situação dos refugiados e garantir que eles não sejam esquecidos em meio a outras crises e prioridades políticas. A criação de redes de apoio e a cooperação entre diferentes atores, incluindo governos, ONGs, setor privado e comunidades locais, são fundamentais para construir uma resposta mais eficaz e sustentável à crise dos refugiados na América Latina (UNHCR, 2022).

AS IDEIAS DE ZYGMUNT BAUMAN SOBRE O MEDO DOS REFUGIADOS

Zygmunt Bauman, renomado sociólogo polonês, ofereceu uma perspectiva profunda sobre o medo dos refugiados em sua obra "*Strangers at Our Door*". Bauman argumenta que o medo dos refugiados é, em grande parte, um medo fabricado, usado para desviar a atenção de problemas internos e justificar políticas de exclusão e repressão (Bauman, 2016, p. 14).

Segundo Bauman, o medo dos refugiados é amplificado pela incerteza e pela insegurança que caracterizam a sociedade contemporânea. Em um mundo cada vez mais globalizado e interconectado, mas também marcado por desigualdades crescentes e crises econômicas, os refugiados são frequentemente vistos como uma ameaça ao bem-estar e à segurança dos cidadãos locais. Esse medo é explorado por movimentos populistas e xenófobos, que utilizam os refugiados como bodes expiatórios para problemas sociais e econômicos complexos (Bauman, 2016, p. 19).

Na América Latina, o medo dos refugiados também está presente, embora em um contexto diferente daquele das nações europeias ou norte-americanas. Aqui, o discurso do medo pode ser utilizado para justificar políticas migratórias mais restritivas e para alimentar sentimentos de hostilidade e rejeição em relação aos recém-chegados. No entanto, Bauman nos lembra que esse medo é, na verdade, um reflexo das próprias inseguranças e fragilidades da sociedade de acolhimento (Bauman, 2016, p. 27).

A compreensão dessas dinâmicas é crucial para enfrentar os desafios da integração dos refugiados na América Latina. Em vez de ceder ao medo, é necessário promover uma visão mais solidária e humanitária, que reconheça os refugiados como indivíduos que buscam segurança e dignidade, e que têm o potencial de enriquecer suas novas comunidades. Essa visão exige uma abordagem baseada em direitos humanos, que priorize a proteção e a integração, em vez da exclusão e da repressão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise dos refugiados na América Latina é um dos grandes desafios humanitários do nosso tempo. Ela exige uma resposta coletiva que vá além da simples gestão de emergências, promovendo soluções duradouras que respeitem a dignidade e os direitos dos refugiados.

Os países latino-americanos, embora enfrentem suas próprias crises e limitações, têm a oportunidade de mostrar solidariedade e liderança, adotando políticas inclusivas e humanitárias que não apenas acolham os refugiados, mas também os integrem plenamente em suas sociedades. Isso requer um compromisso contínuo com a cooperação regional e internacional, o fortalecimento das capacidades institucionais e a promoção de uma cultura de acolhimento e inclusão.

Ao mesmo tempo, é crucial enfrentar e desmistificar os medos e preconceitos que cercam os refugiados, reconhecendo que eles não são uma ameaça, mas sim indivíduos que buscam a mesma coisa que todos nós: segurança, dignidade e a chance de construir um futuro melhor. Somente com uma abordagem baseada em direitos humanos e empatia será possível transformar a crise dos refugiados em uma oportunidade de crescimento e enriquecimento mútuo para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agência Brasil. Brasil Acolhe Mais de 125 Mil Migrantes e Refugiados da Venezuela. **Agência Brasil**, 31 de março de 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2024-03/brasil-acolhe-mais-de-125-mil-migrantes-e-refugiados-da-venezuela#:~:text=Mais%20de%20125%20mil%20migrantes%20e%20refugiados%2C%20da%20Venezuela%2C%20j%C3%A1,n%C3%BAmero%20de%20acolhidos%2C%20desde%202018.>

Arendt, H. **The Jewish Writings**. Editado por Jerome Kohn e Ron H. Feldman. Schocken Books, 2007.

Bauman, Z. **Estranhos à Nossa Porta**. Traduzido por Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2017. (Obra original publicada em 2016).

Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE). **Relatório Anual de Refúgio 2021**. Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2022.

Fassin, D. **Humanitarian Reason: A Moral History of the Present**. University of California Press, 2012.

Gottwald, M. **"Protecting Venezuelan Refugees: The Role of the 1984 Cartagena Declaration on Refugees."** *Refugee Survey Quarterly*, vol. 37, no. 4, 2018, p. 1-22.

Hammoud-Gallego, O., e Freier, L. F. "Symbolic Refugee Protection: Explaining Latin America's Liberal Refugee Laws." **American Political Science Review**, vol. 117, no. 2, 2023, pp. 454-473. Cambridge University Press.

High Commissioner for Refugees (UNHCR). **Global Trends: Forced Displacement in 2021**. United Nations High Commissioner for Refugees, 2022.

Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). **"Brasil Acolhe Mais de 125 Mil Migrantes e Refugiados Venezuelanos por Meio da Operação Acolhida."** Governo do Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/brasil-acolhe-mais-de-125-mil-migrantes-e-refugiados-venezuelanos-por-meio-da-operacao-acolhida>.

Jornal da USP. **Pobreza, fome e turbulência política levam a aumento de migrações na América Latina, segundo dados do professor Gustavo Mônaco**. *Atualidades*, 25 out. 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/pobreza-fome-e-turbulencia-politica-levam-a-aumento-de-migracoes-na-america-latina/>.

Operação Acolhida — Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Dados atualizados sobre a situação dos abrigos e desafios da Operação Acolhida**. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/venezuela/#:~:text=Cerca%20de%202%2C5%20mil%C3%B5es&text=Mais%20de%205%2C4%20mil%C3%B5es%20de%20venezuelanos%20deixaram%20seu%20pa%C3%ADs,de%20deslocamento%20no%20mundo%20atualmente>.

Organização das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC). **"Fluxo de Migrantes Venezuelanos no Brasil Cresceu Mais de 900% em Dois Anos."** UNODC Brasil, 15 de julho de 2021.

Organização das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC). **"Fluxo de Migrantes Venezuelanos no Brasil Cresceu Mais de 900% em Dois Anos."** 2021.

UNHCR. **Global Trends Report 2021**. Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, 16 jun. 2022. Disponível em: <https://www.unhcr.org/globaltrends2021/>.

UNODC Brasil, 15 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2021/07/fluxo-de-migrantes-venezuelanos-no-brasil-cresceu-mais-de-900-em-dois-anos.html>.

Organização Internacional para as Migrações (OIM). **World Migration Report 2020**. International Organization for Migration, 2020.

Rede Brasil do Pacto Global. **Empoderando Refugiadas: Relatório de Impacto 2022**. Rede Brasil do Pacto Global, 2022.

UNICEF Brasil. **"Crise Migratória Venezuelana no Brasil."** UNICEF Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/crise-migratoria-venezuelana-no-brasil>.